

# Guerra civil?: o que uma análise sobre 40 anos de dados de saúde brasileiros revela

ANDRÉ RENÊ BARBONI

Doutor em Epidemiologia, pela Universidade de São Paulo (USP).  
Professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).  
barboni@uefs.br

**QUANDO HANNAH ARENDT**, em 1961, foi enviada pela revista *The New Yorker*, para acompanhar o julgamento do criminoso nazista Otto Adolf Eichmann, capturado em um subúrbio de Buenos Aires na noite de 11 de maio de 1960 por um comando israelense e levado para Jerusalém, ela não tinha ideia de que iria se deparar com a descoberta revolucionária da banalidade do mal (ARENDT, 1999), algo perigoso a que todos nós estamos sujeitos, e não nos damos conta, quando deixamos de pensar por nós mesmos (BARBONI, 2014) e não vemos a condição humana (ARENDT, 2007) nos outros. Nessas circunstâncias, somos capazes de cometer os piores crimes. É como esse tipo de banalização que nos colocou, segundo os dados de morbimortalidade disponíveis no site do DATASUS (BRASIL, 2020), em um estado de verdadeira “guerra civil” e apatia coletiva que este texto trata.

Na época do julgamento de Eichmann, havia um grande burburinho entre a comunidade judaica do mundo inteiro e Hannah Arendt esperava encontrar um “monstro” assassino com fortes convicções antissemitas, mas, em Jerusalém, ela se deparou com um

**O que chama a atenção é que os números brasileiros não são típicos de um país pacífico. Eles chocam não só pelos seus valores, mas pelo longo tempo em que esses indicadores crescentes estão afetando perceptivelmente o nosso perfil populacional**

homem comum, um burocrata resfriado que achava simplesmente que se esmerava em cumprir bem a sua função de embarcar aquelas pessoas nos trens. Ele não via que esse trabalho iria conduzir “seres humanos” para a morte certa nos campos de extermínio nazistas. Ele não demonstrava qualquer traço de racismo/antissemitismo. Ele apenas tentava ser eficiente no seu trabalho e isso chamou a atenção dela (ARENDRT, 1999).

Hoje em dia, as pessoas vão aos cinemas, assistem a filmes na TV e jogam videogames onde os “heróis” cometem as maiores atrocidades contra os “vilões”, essas pessoas não se chocam com isso, elas até ficam felizes e torcem para que esses “heróis” cometam esses atos de violência. Depois... elas simplesmente retomam a rotina das suas vidas diárias sem qualquer remorso ou sentimento de compaixão por aqueles que sofreram nas mãos dos seus “heróis”. Por que isso se dá? Hannah Arendt parece ter encontrado a resposta... Um simples mecanismo de desconexão nossa para com o outro que nos torna apáticos com relação ao seu sofrimento?... Mais do que isso, se de alguma forma o outro for visto como algum tipo de encarnação do mal, “está automaticamente justificada toda e qualquer violência contra ele”. Cometê-la parece nos tornar verdadeiros “heróis”.

A falta de empatia está na base da violência e é o primeiro passo rumo a ela. Esse trabalho suspeita que estamos vivenciando, no Brasil, uma verdadeira guerra civil não oficializada e analisa historicamente os dados de morbimortalidade por Agressão e demais Causas Externas no Brasil, disponíveis no *site* do DATASUS (BRASIL, 2020), comparando-os, criticamente, com os dados de alguns outros países. O que chama a atenção é que os números brasileiros não são típicos de um país pacífico. Eles chocam não só pelos seus valores, mas pelo longo tempo em que esses indicadores crescentes estão afetando perceptivelmente o nosso perfil populacional.

Esse trabalho faz parte de um projeto de democratização da informação em saúde e popularização da ciência. Baseia-se em uma nova forma de pensar a ciência, não mais como o campo de saber por excelência, mas como um dos quatro campos de fragmentação do conhecimento, tão importante quanto os demais: filosofia, religião e arte. Essa forma de pensar a ciência se pauta no “homem integral” que além da razão e da sensação, também valoriza a intuição e o sentimento como elementos importantes para se chegar a um conhecimento mais profundo e verdadeiro.

Sua linha investigativa se baseia nas técnicas de um mosaico síntese, como aqueles utilizados pelos investigadores policiais. As pistas que a investigação vai revelando são dispostas em um grande painel onde se procura traçar correlações que possam revelar a verdade do crime cometido. Usam-se todos os recursos de que se dispõe. Fazem-se su-

posições e investigam-se os caminhos que elas levam. Testam-se a coerência dos fatos com as decorrências dessas suposições e em algum momento dessa análise e síntese investigativa a verdade se revela e o crime se esclarece. Em resumo, isso descreve o método investigativo.

Portanto, nos parece adequado utilizar essa técnica para investigar a questão da violência no Brasil e, mais especificamente, as agressões que resultam em morte, para tentar dimensionar: 1 - o número de vítimas que essa guerra civil não oficial produziu em 40 anos; 2 - os Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP); 3 - os Anos Potenciais de Vida Ganhos (APVG), que teríamos caso conseguíssemos eliminar as mortes por Agressão (obtido através das Tábuas de Vida de Múltiplo Decremento)e, 4 - o valor financeiro que essas mortes representariam em dólares americanos.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo epidemiológico de base populacional e uma reflexão crítica apoiada nos dados de população, óbito (1980-2018) e internações (1998-2019) por Agressão e demais Causas Externas (CID-BR-10), segundo o sexo e faixa etária, a partir dos dados disponíveis no *site* do DATASUS (BRASIL, 2020). Além das técnicas e ferramentas da análise descritiva, foram utilizadas as tábuas de vida de múltiplo decremento (BARBONI, 2002) para estimar o impacto que esses grupos de causa de morte têm na esperança de vida do povo brasileiro.

A base da técnica investigativa utilizada foi o mosaico síntese desenvolvida por Barboni (2014), que conjuga os recursos de análise e síntese até que se consiga, por intuição, encontrar a solução para o problema.

Assim sendo, como pistas iniciais nos valem das informações disponibilizadas no site do DATASUS (BRASIL, 2020) (séries históricas dos dados de população, internação e óbitos por sexo e faixa etária). Utilizando apenas um computador conectado à internet, obtive-se acesso a esses dados que foram trabalhados na planilha eletrônica LibreOffice Calc, um *software* livre rodado no sistema operacional Linux, distribuição Ubuntu.

Além dos referidos dados, foi utilizada uma planilha eletrônica produzida e disponibilizada pela Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011)<sup>1</sup>. A partir dos dados de mortalidade por Causa Externa, contidos nessa planilha, elegeu-se 69 países (incluindo o Brasil), que representam 80,63% da população mundial, como pa-

1 [www.who.int/entity/gho/mortality\\_burden\\_disease/global\\_burden\\_disease\\_death\\_estimates\\_sex\\_age\\_2008.xls](http://www.who.int/entity/gho/mortality_burden_disease/global_burden_disease_death_estimates_sex_age_2008.xls).

Isso nos dá uma ideia do impacto que uma política bem sucedida de combate à violência teria na mudança do perfil demográfico da população brasileira e serve de mais um incentivo para um esforço coletivo de implementá-la

râmetro para analisar os dados do Brasil e saber se vivemos ou não em um estado de guerra civil não oficializada. Caso essas suspeitas se confirmassem, queríamos saber se existe no mundo pelo menos um país onde a mortalidade por violência entre os homens não fosse tão desigual com relação às mulheres e quais seriam os possíveis parâmetros que poderíamos utilizar para se chegar a um perfil de mortalidade para um Brasil em paz.

A investigação da série histórica dos óbitos por Causas Externas, no Brasil, complementa esse trabalho na medida em que podemos cruzar as informações dos óbitos por Agressão (intencionais/não intencionais) com os óbitos por Acidente de Transporte (a princípio, não intencionais).

De posse desses parâmetros, podemos, então, chegar ao novo perfil de mortalidade esperado e possível para um Brasil em tempos de paz e utilizar as técnicas de construção de Tábuas de Vida de Múltiplo Decremento (BARBONI, 2002), para estimar a Esperança de Vida com e sem a eliminação do risco de morrer por essas causas. Isso nos dá uma ideia do impacto que uma política bem sucedida de combate à violência teria na mudança do perfil demográfico da população brasileira e serve de mais um incentivo para um esforço coletivo de implementá-la.

Há um problema, porém: essas técnicas exigem que os dados de população e óbito sejam confiáveis e o sub-registro de óbitos, no Brasil, nos obriga a fazer correções para se evitar a superestimação da esperança de vida na população. Valeu-se do material produzido pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (2013) para tentar definir esses fatores de correção de óbitos para os dados disponibilizados no site do DATASUS (BRASIL, 2020). Segundo esse trabalho, considera-se que a partir de um ano o sub-registro de óbitos é constante. Construindo, então, a Tábua de Vida para o ano censitário de 2010 com os dados sugeridos de correção (1,06 – homens e 1,10 – mulheres) e ajustando os dados de óbitos informados no site do DATASUS com os óbitos das tabelas construídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013) percebeu-se que o melhor ajuste se dava com um fator de correção de 1,1544 e 1,17245, respectivamente, para as populações masculina e feminina menores de um ano e 1,068 e 1,0975 para quem tinha um ano ou mais, para homens e mulheres nessa ordem. Usando esses valores, pode-se estimar o sub-registro de óbitos para o ano de 2015. Os óbitos por Causa Externa são considerados sem sub-registro e, portanto, para eles o fator de correção é 1, independentemente da idade ou do sexo.

Além das Tábuas de Vida de Múltiplo Decremento valeu-se de dois indicadores: os Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) e os Anos

Potenciais de Vida Ganhos (APVG). O primeiro, é clássico e foi utilizado por Andrade e Mello-Jorge (2013) para analisar a mortalidade brasileira por Acidentes de Transporte em 2013. Baseou-se nesse trabalho para estimar os APVP, no Brasil, em 2015, por todas as causas de óbito, pelas Causas Externas, pelos Acidentes de Transporte e pelas Agressões. Utilizou-se a mesma técnica referida nesse trabalho, porém, entendeu-se que arbitrar uma idade (70 anos) como sendo a idade ideal a se atingir, como esse método implementa, é algo que não traduz o que de fato se perde por não se ter implantado uma Política que evitasse esses óbitos.

Os Anos Potenciais de Vida Ganhos (APVG) é a nossa proposta de um indicador positivo que nos dá uma noção melhor do que ganharíamos se tal política fosse implementada. Ele nos dá uma ideia melhor do tamanho do “filão de ouro” que temos a ser explorado, ao trabalhar pela melhoria da qualidade de vida da população brasileira, e ao invés do somatório dos anos perdidos para cada pessoa que morreu (entre 1 ano e 70 anos de idade), preferimos trabalhar com o somatório do tempo de vida ganho (diferença entre a esperança de vida com e sem a eliminação do risco de morte) por cada pessoa, em cada faixa etária da população. Isso parece bem mais estimulante para nos incentivar um comprometimento maior com uma Política de real combate à Violência. Aquele esforço que todo mundo sabe que tem de fazer, mas que implica em mudanças de hábitos que o nosso comodismo/egoísmo sempre deixa para um depois e que raramente chega. Para isso precisamos das Tábuas de Vida de Múltiplo Decremento cuja metodologia pode ser vista na tese de doutorado de Barboni (2002).

Greenstone e Nigam (2020), analisaram o quanto as medidas de distanciamento social para enfrentamento da pandemia de covid-19 nos Estados Unidos da América representaram, em termos de vidas humanas e, arbitrando um valor financeiro para essas vidas, eles puderam estimar os benefícios monetários que essas duras medidas representaram na balança da economia. Com base neste trabalho e dado que foi possível estimar as vítimas desta “guerra civil”, por faixa etária, foi possível estimar o montante que essas vidas humanas representariam em termos financeiros. Embora reconheçamos que uma vida humana não tem preço, atribuir um valor monetário a ela pode nos ajudar compreender que o prejuízo das vidas humanas perdidas representa um valor bem maior do que o prejuízo financeiro de uma medida como o isolamento social devido a uma pandemia como a do covid-19.

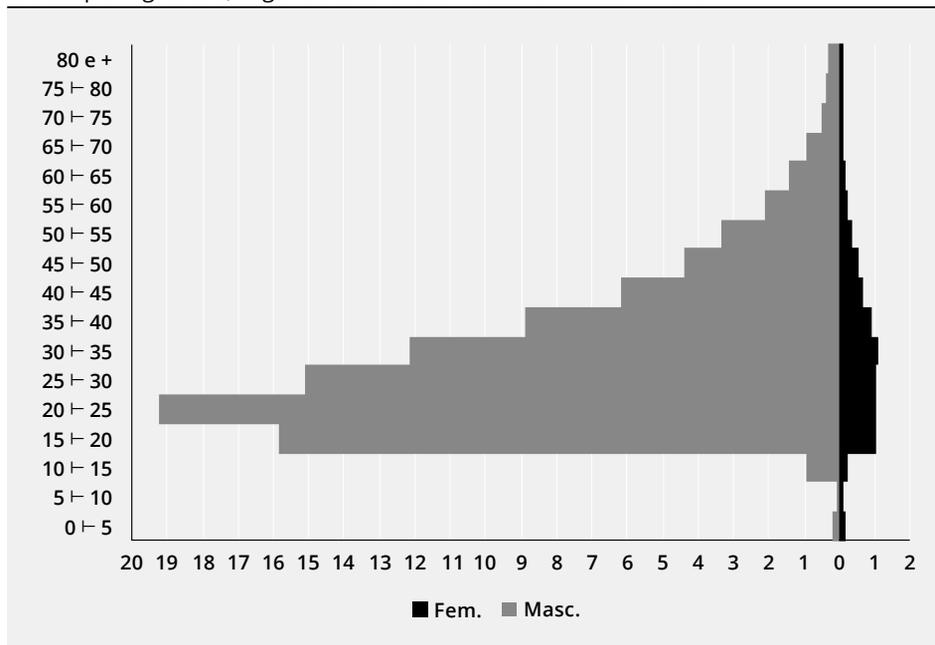
Aplicando isso ao nosso caso, podemos ter mais uma ideia do que a nossa inação/apatia tem gerado e, talvez, assim, para aqueles que só conseguem sentir pelo bolso, se sintam compelidos, finalmente, a fazer algo a respeito.

Quem já ministrou aulas para adultos jovens já deve ter observado como eles tendem a responder questões de prova baseados no senso comum, altamente influenciados pela mídia leiga

## RESULTADOS

Quem já ministrou aulas para adultos jovens já deve ter observado como eles tendem a responder questões de prova baseados no senso comum, altamente influenciados pela mídia leiga. Em 2017, diante do gráfico da figura 1, no qual os alunos deveriam se basear para pensar uma política pública de combate à violência no Brasil, um aluno afirmou corretamente que a população masculina é a maior vítima e o maior agressor, mas que desde muito cedo os meninos são mais agressivos que as meninas e, a partir daí, esse aluno se dedicou a descrever uma política de combate à violência contra a mulher. Os homens são mais agressivos! Isso é da natureza deles! Portanto, não percamos tempo com eles e vamos cuidar das mulheres! Será que é isso o que esse aluno pensou? Será isso mesmo um fato, ou toda violência é evitável? O que torna esse gráfico tão assimétrico? Devemos nos conformar com isso e assumir uma política pública que fecha os olhos para 90% das vítimas, porque isso é da “natureza” delas?

**Figura 1**  
Óbitos por Agressão, segundo o sexo e faixa etária – Brasil – 2015

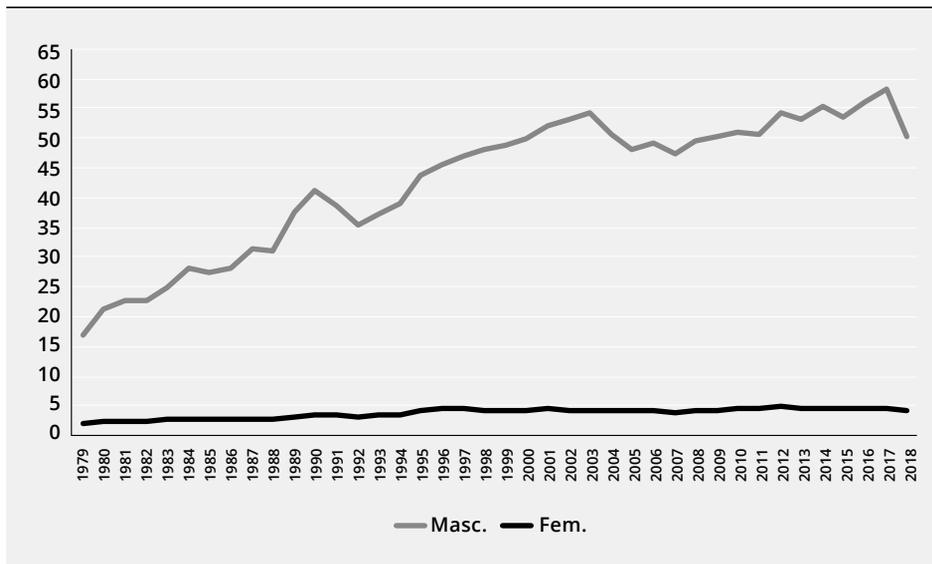


Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

De fato a violência contra a mulher tem crescido e isso é preocupante, mas a violência contra a população masculina, no Brasil, tem indicadores ainda mais alarmantes e, proporcionalmente, ela cresce de forma mais acentuada nos homens do que nas mulheres, pelo menos no que diz respeito à sua forma mais grave, a que leva ao óbito (Figura 2). Será que do ponto de vista da morbidade esse quadro é diferente?

**Figura 2**

Série histórica dos óbitos por Agressão, para cada 100.000 homens/mulheres – Brasil – 1979-2018

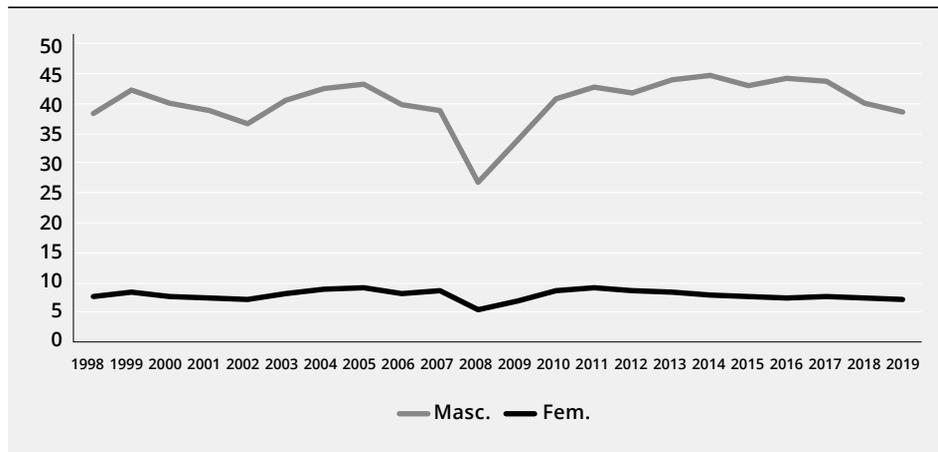


Fonte:MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Censos, Contagem Populacional e Estimativas do IBGE disponibilizadas no site do DATASUS.

As figuras 3 e 4 parecem desmentir isso! Então, a violência contra o homem é também uma questão de saúde pública. Nada anula ou desmerece a importância de todo o trabalho que tem sido feito no combate à violência contra a mulher. Muito pelo contrário, ele deve ser incentivado, mas não se pode tratar esta questão unilateralmente. Em todo agressor existe um problema que precisa ser tratado. Se não cuidarmos das causas, do que leva uma pessoa a agredir outra, o problema em si não será resolvido. As figuras 1 e 4 mostram que, pelo menos, as mulheres parecem ter mais inteligência emocional que os homens. Isso parece ser um bom ponto de partida para começarmos!

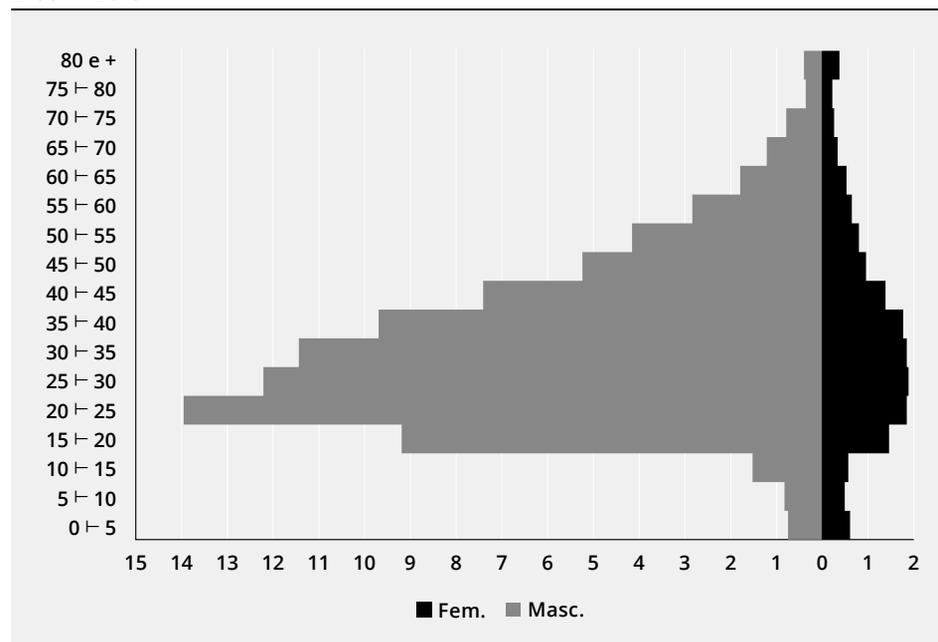
Será que esse perfil de agressividade no qual os homens são as maiores vítimas e os maiores autores da violência se repete no mundo? Será que não existem países onde as figuras 1 e 4 não seriam tão assimétricas? Ao tentar responder essas questões, consultou-se o site da Organização Mundial de Saúde (OMS) e baixou-se uma planilha de mortalidade e carga de doença estimados para os países membros da OMS em 2008 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011). Nessa planilha os dados foram agrupados em três faixas etárias de óbito: 1 – de 0 a 14 anos; 2 – de 15 a 59 anos; 3 – 60 anos e mais. A OMS utilizou um código de cores para identificar a qualidade dos dados apresentados: azul – dados razoavelmente completos; azul claro – registros de dados incompletos; rosa – países com informações de causa de óbito não disponível para a maioria das causas. O Brasil foi incluído no grupo azul claro.

**Figura 3**  
 Internações no Sistema Único de Saúde por Agressão, para cada 100.000 homens/  
 mulheres – Brasil – 1998-2019



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

**Figura 4**  
 Internações no Sistema Único de Saúde, por Agressão, segundo o sexo e faixa etária –  
 Brasil – 2019



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

Essa investigação concentrou-se, inicialmente, nos casos de “lesões intencionais” e, mais especificamente, nos dados de violência. Priorizou-se os países incluídos no grupo azul e, com isso, conseguiu-se selecionar trinta países para confrontar os dados com o Brasil: Federação Russa; México; Estados Unidos da América; China; Venezuela; Argentina; Chile; Croácia; Coreia do Sul; Cuba; França; Itália; Reino Unido; Canadá; Espanha; Polônia; Alemanha; Israel; Austrália; Bélgica; Bulgária; Grécia;

Holanda; Japão; Portugal; Uruguai; Áustria; Nova Zelândia; Suécia e Suíça. Destes, somente a China pertencia ao grupo azul claro, os demais eram todos do azul.

O Brasil se mostrou como o mais violento deles e os demais foram classificados em ordem decrescente de violência (conforme a ordem de citação no parágrafo anterior). Em um segundo momento, procurou-se incluir na nossa investigação os países que tiveram perdas em operações de guerra<sup>2</sup>.

Com isso chegou-se a um total de 69 países para trabalhar (eles representam 80,63% da população mundial e apresentam basicamente a mesma pirâmide etária). Os óbitos por violência e guerra, nos países em guerra, foram inferiores aos homicídios no Brasil. Isso pareceu confirmar as suspeitas do Brasil ser um país em guerra civil não oficializada, mas real, e que a população já se acostumou com ela a ponto de não notá-la e se ver como um povo pacífico e alegre.

Em termos de homicídios (Agressão e/ou Violência), o Brasil aparece em primeiro lugar nesse *ranking* mundial, com valores típicos de um país em guerra civil das mais acirradas, mas quando se incluem os dados dos óbitos em operações de guerra e suicídios ele é superado pela Índia e pela China. Somente quando analisamos todas as Causas Externas é que a Federação Russa consegue superar o Brasil.

Os dados apontaram para o fato de que a redução significativa dos óbitos por Causas Externas é um grande desafio que os países do BRICS terão que enfrentar. No Brasil, o maior esforço diz respeito à Agressão; Índia, China e Federação Russa terão que lidar com o sério problema do Suicídio. Os Acidentes de Transporte são um grave e crescente problema mundial para todos. Não basta medidas na área da segurança pública! É fundamental atuar nas causas da violência e desenvolver uma cultura de paz entre a população, desde a mais tenra idade. As pessoas precisam cultivar o hábito da gentileza. É imperativo desenvolvemos a nossa “inteligência emocional” para lidarmos melhor com as situações de conflito e as mulheres parecem ter mais experiência acumulada com isso, pois, vivendo sob as mesmas condições socioeconômicas, seus dados são sempre melhores. Os homens precisam aprender com elas.

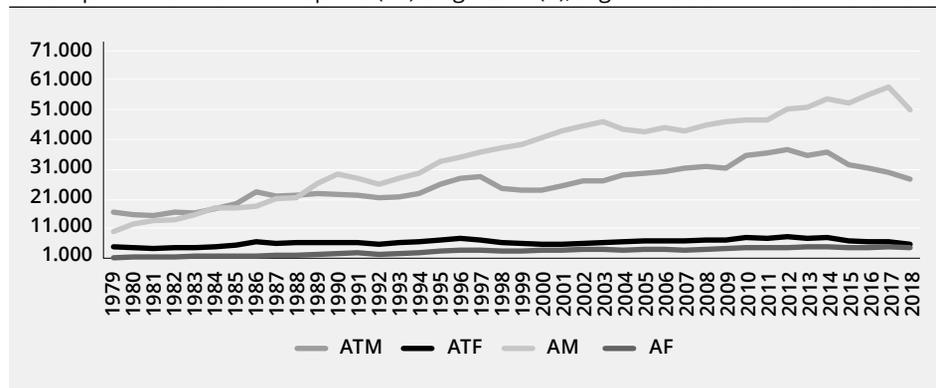
**Em termos de homicídios (Agressão e/ou Violência), o Brasil aparece em primeiro lugar nesse ranking mundial, com valores típicos de um país em guerra civil das mais acirradas**

2 Em ordem decrescente do indicador são eles: Índia; Iraque; Síria; Colômbia; Federação Russa; República Democrática do Congo (Zaire); Filipinas; Etiópia; Estados Unidos da América; Indonésia; Sudão; Nigéria; Paquistão; Afeganistão; Uganda; Quênia; Costa do Marfim; Tailândia; Somália; Myanmar (Birmânia); Angola; Camboja (Kampuchea); Turquia; Argélia; Chade; Nepal; Iêmen; Burundi; Zimbábue; República Centro-Africana; Mali; Haiti; Geórgia; França; Israel; Polónia; Líbano; Estónia; Letónia; Lituânia; Holanda; Portugal; Croácia; Kuwait; Noruega. Estónia, Letónia, Lituânia, Croácia, Kuwait e Noruega também pertencem ao grupo “azul”, Índia, Síria, Colômbia, Filipinas, Tailândia, Turquia, Haiti e Geórgia pertencem ao “azul claro”, os demais, que não estão no gráfico da figura 5, pertencem ao grupo “rosa”.

Imaginem como seria viver no Brasil se conseguíssemos a façanha de fazer com que cada barra à esquerda nos gráficos das figuras 1 e 4 fossem, no máximo, o dobro da barra correspondente à sua direita.

Essa é uma ideia confortadora e nós resolvemos ter uma noção do que essa guerra civil não oficializada, no Brasil, nos tirou nesses 40 anos, caso assumíssemos como naturais os óbitos por Agressão contra o sexo masculino, no máximo, o dobro da Agressão fatal cometida contra o sexo feminino. A figura 5 apresenta a série histórica dos óbitos por Acidentes de Transporte e Agressão, no Brasil, no período de 1979 a 2018. O que chamou a nossa atenção nesse gráfico foi a tendência para os óbitos por Agressão ultrapassarem os óbitos por Acidentes de Transporte, em ambos os sexos.

**Figura 5**  
Óbitos por Acidentes de Transporte (AT) e Agressão (A), segundo o sexo – Brasil – 1979-2018



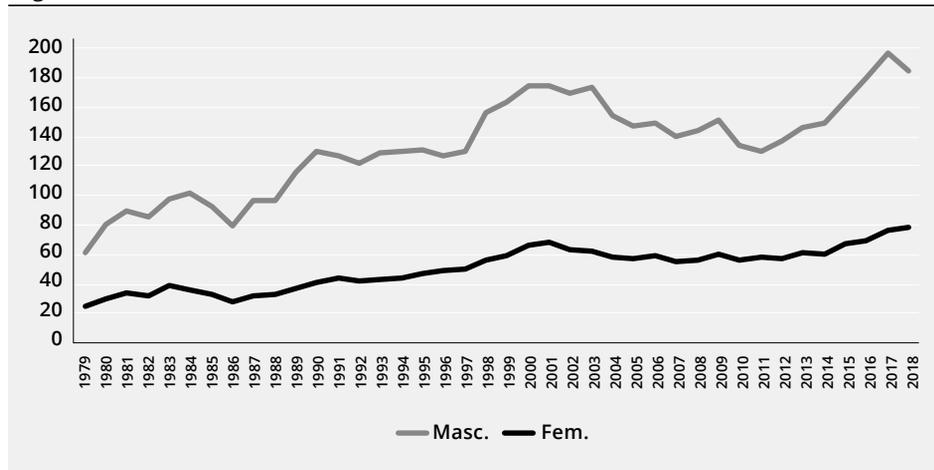
Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Na população masculina, os óbitos por Agressão ultrapassaram os óbitos por Acidentes de Transporte em 1989. Na feminina isso, provavelmente, acontecerá daqui a 20-40 anos, se considerarmos a taxa com que a proporção dos óbitos femininos por Agressão aumenta em relação aos óbitos por Acidente de Transporte (Figura 6).

É razoável admitir, então, que não existe intencionalidade nos óbitos por Acidente de Transporte. Eles, no entanto, estão aumentando, isso é fato! Portanto, podemos considerar que os óbitos por Agressão, que seriam “aceitáveis” em um país pacífico, deveriam ser também “não intencionais”. Admitimos que é complicado tentar definir uma medida para isso, mas analisando as séries históricas, das figuras 5 e 6, resolveu-se arbitrar um valor aceitável de, no máximo, 20% para a mortalidade feminina por Agressão em relação à mortalidade feminina por Acidentes de Transporte. Esse é um possível valor que se tinha nos anos 1970. Antes das baixas dessa “guerra” começarem a ser computadas pelo Ministério da Saúde! Ou, pelo menos, quando a “guerra” ainda era menos acirrada.

**Figura 6**

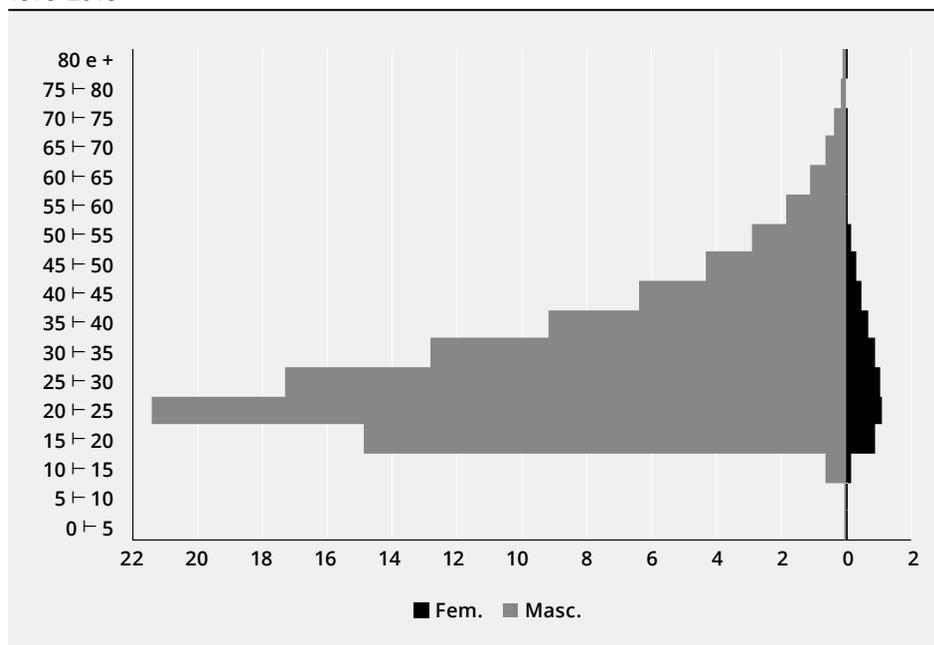
Proporção dos óbitos por Agressão em relação aos óbitos por Acidentes de Transporte, segundo o sexo – Brasil – 1979-2018



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

**Figura 7**

Distribuição dos óbitos por Agressão, que teriam sido evitados se entre as mulheres, esses óbitos não superassem 20% dos óbitos por Acidentes de Transporte e os óbitos masculinos fossem no máximo o dobro dos femininos, em cada faixa etária – Brasil – 1979-2018



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

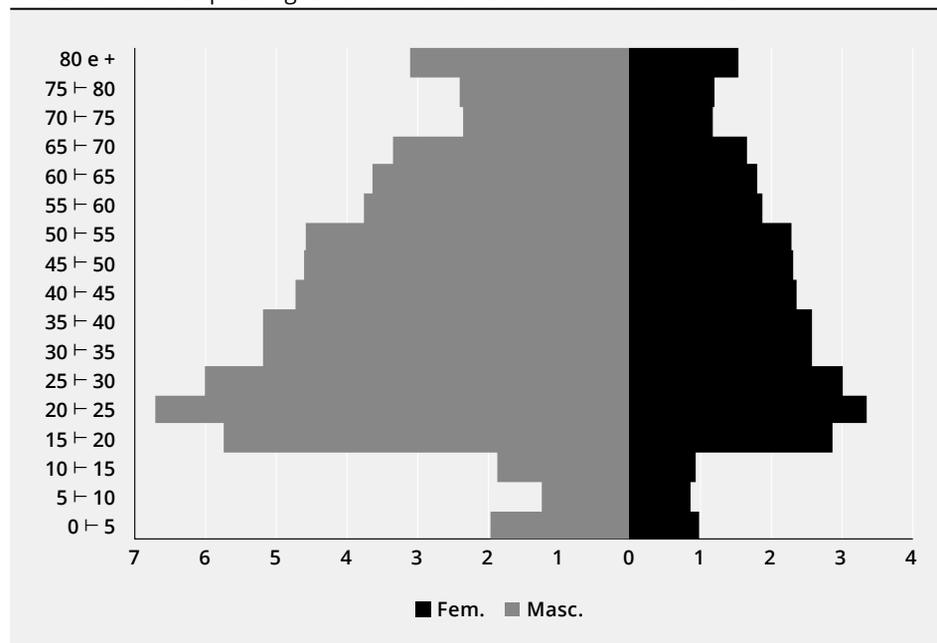
Com base nessa suposição, podemos facilmente calcular os óbitos femininos por Agressão que não deveriam ter existido, para cada faixa etária, e a partir deles, também definimos que os óbitos masculinos, em cada faixa etária, deveriam ser, no máximo, o dobro do feminino. Algo que seria mais condizente com a ideia de uma “violência natural”. Isso

Reparem como as diferenças entre gênero se assemelham e como os números ficam próximos quando eliminamos, no Brasil, os óbitos por Agressão que seriam devidos a uma guerra civil não oficializada

resultou, para esse período, num total de 81.071 (5,83%) óbitos femininos e 1.308.891 (94,17%) óbitos masculinos cuja distribuição, por faixa etária, pode ser vista na figura 7.

Voltando à questão formulada naquele semestre letivo, se a violência contra os homens, no Brasil, fosse o dobro da que se comete contra as mulheres, então, o gráfico da figura 1 deveria ser igual ao gráfico da figura 8 (66,5% - masculino e 33,5% - feminino).

**Figura 8**  
Distribuição de óbitos por Agressão, segundo o sexo e faixa etária, descontados os óbitos da nossa suposta “guerra civil não oficializada” – Brasil – 2015



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Mas será que essa análise é verossímil? A resposta a essa questão pode estar nos dados estatísticos de algum país entre os outros 68 países que elencamos para o nosso estudo e, mais especificamente, entre os países do grupo azul. Em nossas pesquisas, apenas começamos a investigar esses países. O primeiro país que buscamos dados foi os Estados Unidos da América, mas seus indicadores ainda apontam para um elevado índice de violência. No entanto, já no segundo país investigado (Austrália), encontramos a resposta que procurávamos. A tabela 1 compara as taxas de mortalidade por causas externas, por faixa etária e sexo, entre aquele país e o nosso. Reparem como as diferenças entre gênero se assemelham e como os números ficam próximos quando eliminamos, no Brasil, os óbitos por Agressão que seriam devidos a uma guerra civil não oficializada (óbitos por Causas Externas – óbitos por Agressão + óbitos por Agressão Estimados, caso os óbitos femininos

por Agressão não superassem os 20% dos óbitos por Acidentes de Transporte e os óbitos masculinos por Agressão fossem, no máximo, igual ao dobro dos respectivos óbitos femininos por Agressão nessa nova condição).

**Tabela 1**

Taxas específicas de óbitos por Causas Externas/100.000, segundo o sexo e faixa etária – Brasil e Austrália – 2012

	Brasil			Austrália		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0+5	20,27	14,02	17,20	7,10	6,70	6,90
5+15	13,44	6,53	10,04	4,50	2,80	3,60
15+25	82,20	16,19	49,33	39,00	15,80	27,70
25+45	95,19	16,92	55,27	54,70	18,60	36,70
45+65	105,34	23,05	62,17	57,10	22,70	39,70
60 e +	177,87	109,04	138,93	184,20	179,90	181,90
<b>Total</b>	<b>80,14</b>	<b>23,64</b>	<b>51,31</b>	<b>60,70</b>	<b>32,10</b>	<b>46,20</b>

Fonte: Dados do Brasil – DATASUS/SIM-IBGE. Dados da Austrália – AIHW National Mortality Database.

OBS.: Os dados do Brasil consideram os óbitos por Causa Externa ocorridos no ano de 2012, menos os óbitos por Agressões ocorridas no mesmo ano, mais os óbitos por Agressões Estimadas considerando que entre as mulheres eles não poderiam ultrapassar 20% dos respectivos óbitos por Acidentes de Transporte, em cada faixa etária, e entre os homens, os óbitos por Agressões seriam, no máximo, igual ao dobro dos respectivos óbitos femininos em cada faixa etária de cinco em cinco anos. Depois os dados foram agrupados de acordo com as faixas etárias da tabela. Os dados da Austrália se referem ao período 2012-2013.

Até agora, nos valem apenas de técnicas elementares de epidemiologia e estatística para evidenciar esse estado de guerra civil não oficializada, que o Brasil tem vivido nas últimas décadas, e, também, temos indícios de que é possível se construir uma política para resolver esse sério problema de saúde pública de forma a mudarmos o perfil de mortalidade por Agressão, pelo menos, da figura 1 para a figura 8.

As tábuas de vida de múltiplo decremento nos permitem ir além, explorar a hipótese e calcular os Anos Potenciais de Vida Ganhos (APVG), caso um determinado grupo de causa de óbito deixasse de ocorrer. Essa técnica leva em consideração que uma pessoa que deixe de morrer por essas causas pode ainda vir a óbito pelas demais causas. Isso é necessário! Assim, “os APVG são facilmente obtidos pela diferença entre o total de anos vividos, por uma coorte, a partir da idade 0, obtidos das Tábuas de Vida de Múltiplo Decremento, calculadas com e sem a presença dos óbitos decorrentes do grupo estudado” (BARBONI, 2002, p. 18). Se aplicarmos essa técnica aos dados do Brasil, podemos ter, também, uma noção do quanto conseguiremos incrementar a Esperança de Vida em cada faixa etária. Em um país em guerra, é natural o fenômeno de feminilização do perfil populacional, após o término da guerra, um longo período será necessário para reequilibrar essa “balança”. Para os gestores do pós-guerra essa técnica é fundamental.

Se aplicarmos  
essa técnica  
aos dados do  
Brasil, podemos  
ter, também,  
uma noção do  
quanto conse-  
guiremos  
incrementar a  
Esperança de  
Vida em cada  
faixa etária

**Preferimos nos valer do APVG por espelhar uma medida positiva que mostra o que podemos “ganhar” se trabalharmos para erradicar/diminuir tal agravo e não o que estamos potencialmente “perdendo”**

**Tabela 2**

Esperança de vida, masculina e feminina, com e sem a eliminação do risco de morrer por grupos de causa de morte (CID-10-BR) – Brasil – 2015

Faixa Etária	Esperança de Vida		Causas Externas		Ac. Transporte		Agressões	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
<1	71,23	78,05	74,28	78,75	71,99	78,24	72,59	78,18
1–5	71,38	78,12	74,45	78,81	72,15	78,3	72,75	78,25
5–10	67,41	74,15	70,47	74,84	68,18	74,34	68,79	74,28
10–15	62,49	69,23	65,53	69,89	63,25	69,4	63,86	69,35
15–20	57,6	64,31	60,59	64,95	58,35	64,48	58,96	64,43
20–25	53,16	59,46	55,71	60,04	53,83	59,6	54,24	59,56
25–30	48,84	54,62	50,85	55,15	49,39	54,75	49,6	54,7
30–35	44,43	49,8	46,02	50,28	44,89	49,91	44,96	49,87
35–40	39,98	45,03	41,26	45,46	40,35	45,12	40,35	45,08
40–45	35,57	40,33	36,59	40,72	35,87	40,41	35,82	40,36
45–50	31,24	35,71	32,04	36,07	31,47	35,78	31,4	35,74
50–55	27,05	31,22	27,69	31,55	27,24	31,28	27,16	31,23
55–60	23,07	26,88	23,57	27,19	23,21	26,93	23,14	26,89
60–65	19,32	22,72	19,72	23,02	19,42	22,76	19,37	22,73
65–70	15,84	18,79	16,18	19,07	15,92	18,82	15,87	18,8
70–75	12,69	15,14	12,97	15,41	12,74	15,17	12,7	15,15
75–80	9,93	11,86	10,17	12,12	9,97	11,87	9,94	11,86
80 e +	7,65	9,07	7,87	9,34	7,68	9,09	7,66	9,08

Fonte: Cálculos produzidos pelo autor.

OBS.: Para o cálculo das tábuas de mortalidade foi usado um fator de correção para os óbitos naturais (todo óbito com exceção das Causas Externas) de 1,1544 e 1,17245, respectivamente, para os homens e as mulheres menores de um ano e de 1,068 e 1,0975, respectivamente, para a população masculina e feminina com um ano ou mais. Para os óbitos por Causas Externas o fator de correção foi 1.

**Tabela 3**

Anos Potenciais de Vida Ganhos (APVG) e Perdidos (APVP), em função dos óbitos por Causas Externas, Acidentes de Transporte e Agressões – Brasil – 2015

	APVG			APVP		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
CE	184.844.780,32	50.778.460,46	243.776.137,26	3.988.100,50	557.435,00	4.545.535,50
AT	48.552.877,78	11.617.781,66	62.758.281,82	999.504,50	198.784,50	1.198.289,00
A	72.339.707,87	7.115.848,59	83.264.246,59	2.038.888,00	161.604,50	2.200.492,50

Fonte: Cálculos produzidos pelo autor.

OBS.: CE – Causas Externas; AT – Acidentes de Transporte; A – Agressões.

Na literatura científica, tem-se trabalhado mais com os Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP), que é o somatório dos anos que ainda seriam necessários para que cada pessoa falecida de uma dada população atingisse uma idade arbitrária X (LAURENTI *et al.*, 1987). Para sensibilizar os gestores a promover ações que incrementem a expectativa de vida da população, como dissemos, preferimos nos valer do APVG por espelhar uma medida positiva que mostra o que podemos “ganhar” se trabalharmos para erradicar/diminuir tal agravo e não o que estamos potencialmente “perdendo”. A tabela 3 apresenta os resultados que encontramos para o Brasil no ano de 2015.

As conclusões do trabalho de Andrade e Mello-Jorge (2013, p.1) afirmam que:

O impacto da alta taxa de mortalidade é de mais de um milhão de anos potenciais de vida perdidos por acidentes de transporte terrestre, principalmente entre adultos em idade produtiva (mortalidade precoce), em apenas um ano, representando extremo custo social decorrente de uma causa de óbito que poderia ser prevenida.

Os dados de 2015, apesar do pouco tempo passado, corroboram esse estudo, mas, de acordo com a tabela 3, os APVP são uma mera fração dos APVG e os óbitos por Agressão, notadamente entre a população masculina, são o grande vilão dessa história. Algo precisa ser feito com urgência para modificar esse grave problema de saúde pública.

Por fim, uma vez que conseguimos estimar a população morta por essa guerra civil não oficializada e com base no trabalho de Greenstone e Nigam (2020), foi possível estimar os custos em vidas humanas desse genocídio (20.98 trilhões de dólares americanos; 19.76 – homens e 1.22 – mulheres), simplesmente multiplicando o total de vidas perdidas em cada faixa etária pelos valores arbitrados no referido trabalho. Embora alguém possa contestar, resolvemos, para fins desse trabalho, que uma vida de um brasileiro vale a mesma coisa que a vida de um americano, nem mais nem menos.

## DISCUSSÃO

A nossa investigação, utilizando a técnica do mosaico síntese, proposta por Barboni (2014), nos permitiu confirmar as nossas suspeitas de que estamos vivendo em um país onde existe uma verdadeira guerra civil não oficializada. Se fosse oficial, essa guerra estaria sendo combatida com mais veemência por todos aqueles que amam a paz, mas do jeito que está sendo conduzida, as famílias mandam os seus filhos para o *front* de batalha sem nenhum preparo ou treinamento militar. Como resultado, temos um verdadeiro massacre. Segundo as estimativas que pudemos fazer com base nos dados do DATASUS (BRASIL, 2020), de 1979 a 2018, essa *guerra* ceifou a vida de, pelo menos, 1.308.891 homens e 81.071 mulheres, segundo o perfil etário apresentado no gráfico da figura 7. Esta é, provavelmente, a guerra mais sangrenta do planeta e essas mortes estão sendo tratadas como simples casos de homicídios e não como vítimas do genocídio fraticida que, de fato, está entranhado na história do povo brasileiro e que não é percebido.

A guerra mais sangrenta do planeta e essas mortes estão sendo tratadas como simples casos de homicídios e não como vítimas do genocídio fraticida que, de fato, está entranhado na história do povo brasileiro e que não é percebido

**Essa “guerra” faz suas maiores vítimas entre a população masculina de 10 a 49 anos e após os 50 anos a diferença entre gênero dispara, não porque ela cresce assustadoramente, mas porque não existe praticamente mais vítimas entre as mulheres**

A resposta, inesperada, que o nosso aluno nos deu diante da questão que formulamos sobre o gráfico da figura 1 nos fez perceber o quanto estamos acostumados com esta violência, que se tornou endêmica, a ponto de acharmos natural a desigualdade entre o lado esquerdo e o direito da figura 1. Nela, o risco de morte entre a população masculina entre 20 e 25 anos, chega a ser 19,95 vezes maior do que o respectivo risco de morte da população feminina da mesma faixa etária. Essa “guerra” faz suas maiores vítimas entre a população masculina de 10 a 49 anos e após os 50 anos a diferença entre gênero dispara, não porque ela cresce assustadoramente, mas porque não existe praticamente mais vítimas entre as mulheres.

Portanto, a nossa investigação parece confirmar que: 1 – o Brasil tem vivido um estado de guerra civil não oficializada há mais de 40 anos; 2 – Isso tem, evidentemente, um forte impacto socioeconômico e na estrutura etária da população; 3 – a violência se tornou corriqueira e banal a ponto de não ser reconhecida pela população e não mobilizar às autoridades o suficiente para eliminá-la; 4 – essa violência não pode ser considerada natural; 5 – convivendo sob o mesmo teto e sob as mesmas condições socioeconômicas, as mulheres parecem ter, pelo menos, mais inteligência emocional do que os homens para lidar com situações de conflito; 6 – a chave para a eliminação da violência, ou pelo menos a sua redução significativa, está em ações educativas que desenvolvam essa inteligência emocional, também, entre os homens; 7 – para quem se diz amante da paz, os números brasileiros são absurdos e inaceitáveis; é preciso, então, fazer algo a respeito e podemos aprender também com outros povos; 8 – a Austrália, com qualquer outro país, tem também lá os seus problemas com violência, mas seus números, pelo menos, indicam que é exequível uma política pública que reduza significativamente os óbitos por Agressão no Brasil, notadamente entre os homens; 9 – o aluno que simplesmente ignorou o lado esquerdo do gráfico da figura 1, parece não ter se dado conta disso; 10 – Se não quebrarmos essa apatia, alimentada pela mídia leiga e científica, o problema não se resolve.

Os APVP são um bom indicador para medir, de certo modo, o que estamos perdendo com essa “guerra”, mas os APVG é um indicador ainda melhor para mostrar o quanto deixamos de ganhar mantendo essa “guerra”. O Brasil é rico, sem dúvida, mas o seu povo é sofrido e vive sob condições inaceitáveis, principalmente em um solo com tantas possibilidades de crescimento e desenvolvimento. Essa guerra civil não oficializada é apenas o crime, mas onde podemos encontrar o criminoso?

Se quisermos, verdadeiramente, encontrar a resposta para essa questão temos que parar de olhar para os lados e nos perguntar: qual a natu-

reza do crime? Evidentemente se trata de um crime coletivo, então, o criminoso também é coletivo. Isso já é uma boa pista! Mas, o que motiva esse coletivo a praticar esse crime? A que esse crime está associado? Ao tráfico de drogas? Certamente, uma boa parcela das mortes por homicídio no Brasil e no mundo está associada ao tráfico de drogas ilícitas; mas também, podemos acrescentar as drogas lícitas, como as bebidas alcoólicas, que respondem por uma parcela significativa dessas mortes. Por que as pessoas fazem uso dessas drogas? Por puro hedonismo? Para fugir da realidade? Para anestesiarem a sua dor?

Também há outras motivações que levam a esses assassinatos. Cobiça, ambição, inveja, ciúmes e uma série de outros sentimentos egoístas ajudam a compor esse painel de dor e destruição. Pietro Ubaldi, um filósofo italiano que viveu e morreu no Brasil, desde 1932, já apontava para a solução desse problema. Para se combater os males provocados pelo nosso hedonismo egoísta somente com o colaboracionismo altruísta. Esse me parece o melhor remédio para curar esse mal que o nosso coletivo tem vivido há séculos. Em toda agressão existe pelo menos duas vítimas: a que sofre a agressão e a que a comete. A carga maior de dor recai sempre sobre o agressor. É isso o que percebemos quando ampliamos a nossa visão e entendemos os meandros das leis naturais que Ubaldi (1939) nos revela.

Parece um contrassenso, mas se não tratarmos o agressor continuaremos a viver as dores da violência. A natureza do homem é boa! Todo bebê é bom, toda criança só quer ser amada e se relacionar bem com as outras pessoas. Então, o que a torna um “monstro”? As circunstâncias? A nossa indiferença? Que não se importa com o desmantelamento da família? Com o desemprego gerado para garantir um lucro indecente? Com a sedução dos jovens pelos prazeres fáceis que os levam a fugir do trabalho honesto de uma vida reta? Qual a nossa parcela de culpa nessa história? O que fizemos, ou deixamos de fazer, para a construção/manutenção desse quadro de dor e sofrimento? O que podemos fazer para mudar uma realidade tão complexa?

Se você quiser fazer algo a respeito, assista ao documentário: *Quem se importa* de Mara Mourão (2010). Ele lhe dará boas ideias do que fazer para entrar nessa rede altruísta e colaboracionista das pessoas que se importam e querem melhorar a realidade em que vivem. Portanto, sem uma resposta definitiva eu lhes conclamo: *sapere aude* (ouse saber) (BARBONI, 2014) e avante Brasil! Vamos nos unir, homens e mulheres, para eliminar essa “guerra”!

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. S. C. de A.; MELLO-JORGE, M. H. P. de. Mortalidade e anos potenciais de vida perdidos por acidentes de transporte no Brasil, 2013. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, n. 59, out. 2016. DOI:10.1590/S1518-8787.2016050006465. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0034-89102016000100241&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89102016000100241&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 maio 2020.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo., 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARBONI, A. R. *O impacto de algumas causas básicas de morte na esperança de vida de residentes em Salvador e São Paulo - 1996. 2002*. Tese (Doutorado em Epidemiologia).- Departamento de Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública - USP, São Paulo: 2002. Disponível em: [http://cris.uefs.br/media/pdf/barboni\\_2002.pdf](http://cris.uefs.br/media/pdf/barboni_2002.pdf). Acesso em: 23 maio 2020.

BARBONI, A. R. *Filosofia Brasileira: um sonho ou uma possibilidade?* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Filosofia) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: [http://cris.uefs.br/media/pdf/barboni\\_2014.pdf](http://cris.uefs.br/media/pdf/barboni_2014.pdf). Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. *DATASUS: informações de saúde (TABNET)*. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=11671&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/>. Acesso em: 23 maio 2020.

GREENSTONE, M.; NIGAM, V. *Does social distancing matter?* Chicago: University of Chicago, Becker Friedman Institute for Economics, 2020. (Working paper, n. 2020-26). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3561244>. Acesso em: 23 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade: Brasil, grandes regiões e unidades da federação: 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 30).

LAURENTI, R. *et al. Estatísticas de saúde*. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

QUEM se importa [documentário]. Direção: Mara Mourão. Produção: Tatiana Battaglia e Mara Mourão. Roteiro: Mara Mourão. Direção de Fotografia: Cristiano Wiggers e Dado Carlin. Animações, artes e gráficos: Camaleão Filmes e Citronvache. Produção executiva: Maurício Dias e Fernando Dias. Produtor Associado: Gullane Filmes. Narração: Rodrigo Santoro. Mamo Filmes e Grifa Filmes, [s. l.], 2010. 1 filme (93min), sonoro, colorido, 16:9 wide-screen (anamórfico).

UBALDI, P. *A grande síntese*. Tradução de Guillon Ribeiro. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1939.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mortality and burden of disease estimates for WHO member states in 2008*. [S. l.]: WHO, 2011. Disponível em: [http://www.who.int/entity/gho/mortality\\_burden\\_disease/global\\_burden\\_disease\\_death\\_estimates\\_sex\\_age\\_2008.xls](http://www.who.int/entity/gho/mortality_burden_disease/global_burden_disease_death_estimates_sex_age_2008.xls). Acesso em: 23 maio 2020.